

Celso Furtado, Caio Prado Júnior e a História do Pensamento Econômico na década de 1950

Roberto Pereira Silva.¹

Janaína Fernanda Battahin²

Resumo

O trabalho investiga as incursões de Celso Furtado e Caio Prado Júnior na história do pensamento econômico na década de 1950. Interpretamos esse interesse no quadro mais amplo das disputas entre as correntes de pensamento econômico no Brasil. Nossa hipótese central é que a leitura da história do pensamento econômico faz parte de um esforço para discutir os fundamentos das teorias econômicas e, ao mesmo tempo, justificar diagnósticos do presente e propostas de política econômica apresentadas pelos dois autores. Compreendemos o interesse nesse campo de estudos como uma resposta aos debates sobre política econômica dos anos de 1950, uma arena de disputas entre diversas correntes do pensamento econômico brasileiro, envolvendo economistas de filiações socialistas, liberais e desenvolvimentistas, discutindo temas como industrialização, intervenção estatal, papel atribuído à iniciativa privada, nacional e estrangeira, etc. Finalmente, examinamos como este interesse pela história do pensamento econômico articula-se aos interesses mais gerais de Celso Furtado e Caio Prado Júnior.

Palavras-Chave: Celso Furtado; Caio Prado Júnior; História do Pensamento Econômico; Desenvolvimentismo.

O trabalho investiga as incursões de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na história do pensamento econômico compreendendo-as no âmbito dos debates e disputas sobre política econômica nos anos de 1950 no Brasil. É nosso pressuposto de que os debates sobre os rumos da economia brasileira se deram em uma arena de disputa por projetos políticos diversos e a compreensão das propostas em questão deve ter como horizonte interpretativo a implantação de políticas econômicas e, ao mesmo tempo, a superação de visões alternativas buscando, para tanto, interpretações da conjuntura e

¹ Professor da Universidade Federal de Alfenas. Email: roberto.silva@unifal-mg.edu.br

² Mestranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP. Email: janainabattahin@hotmail.com

reflexões teóricas, das quais a história do pensamento econômico foi um dos campos privilegiados por Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

Em *A Economia Brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954, Celso Furtado examina a história do pensamento econômico, tópico que será ampliado em 1961, com a publicação de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, tendo acrescentado um item sobre o exame da economia política de Marx.

Caio Prado Júnior, por sua vez, publica em 1957 um volume inteiro dedicado ao assunto, o livro *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, onde elabora uma leitura horizontal da História do Pensamento Econômico, buscando compreender os fundamentos da análise econômica e a relação entre teoria e prática³, na junção entre as teorias econômicas e as realidades históricas que pretende explicar.

O principal objetivo do artigo é refletir sobre as razões dessa incursão em um território aparentemente distante das lutas e das disputas pelos rumos da economia brasileira como pode parecer a história do pensamento econômico.⁴ Ou seja, em que medida o esforço reflexivo aberto pelos autores se reportaria às discussões mais prementes do tempo, como a industrialização, o planejamento econômico e a inflação, para ficarmos em alguns dos problemas mais amplamente discutidos pela bibliografia?⁵

Nossa hipótese aponta para a escolha da história do pensamento econômico como uma forma de intervenção no debate brasileiro: sem enfrentar *diretamente* propostas e diagnósticos para a economia, a incursão dos autores significou examinar as bases da teoria econômica como forma de fundamentar suas visões sobre os problemas enfrentados pelo país, confrontando as visões em debate pela via da discussão teórica, buscando minar oposições dentro dos debates econômicos.

³ A relação entre teoria e prática é elemento essencial no marxismo de Caio Prado Júnior. Ver, sobre isso (NOVAIS, 2003; GRESPAN, 2008; IUMATTI, 2007).

⁴ A formulação é provocativa, e levanta questões que ainda não podemos responder, mas cuja enunciação já permite alguns avanços. Ora, se tomarmos as reflexões de Ricardo Bielschowsky sobre o pensamento econômico brasileiro, temos que, para o período 1930-1964, “não teria sentido descrever a produção teórica brasileira no campo da ciência econômica”. Dito de outra forma, “o aspecto fascinante desta história intelectual não provém de eventuais contribuições à teoria econômica, mas sim da riqueza e criatividade das ideias associadas aos contextos históricos” (BIELSCHOWSKY, 1997). Ou seja, num ambiente de pouca envergadura teórica para elaborar contribuições para a teoria econômica (subentendendo-se esta como um *corpus* formalizado e abstrato), abordar a história do pensamento econômico nos anos de 1950 teria caráter didático e de atualização de conhecimentos, ou transfigura-se em pedra de toque para a crítica da teoria econômica tradicional?

⁵ Estes temas foram longamente examinados a partir do posicionamento das correntes do pensamento econômico Brasileiro em (BIELSCHOWSKY, 2000).

Para tanto, iremos retomar, brevemente, as principais correntes de debate no pensamento econômico brasileiro, ressaltando os aspectos conflitivos e as disputas entre elas enquanto um caminho para delinear os principais projetos de Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Em seguida, examinaremos a leitura da história do pensamento econômico feita pelos autores, buscando destacar em que medida seus procedimentos e opções metodológicas implicavam em uma refutação ou problematização tácita das correntes do pensamento econômico da década de 1950.

Finalmente, nas considerações finais, apontaremos desdobramentos posteriores que a história do pensamento econômico teve na obra dos autores.

As disputas no pensamento econômico brasileiro na década de 1950

Ricardo Bielschowsky (1997; 2000) detecta cinco correntes de pensamento econômico no Brasil, no período de 1930 a 1964. Estas, antes de representarem divisões teóricas estanques, formavam um “pensamento econômico politicamente envolvido pelo debate sobre o processo de industrialização brasileiro” (BIELSCHOWSKY, 1997, p. 72), movimentando-se ao redor de um núcleo duro, o desenvolvimentismo: o reconhecimento da necessidade de industrialização carreada pelo planejamento estatal que orienta e distribui funções entre a iniciativa privada e o setor público (idem, 2000, p. 7). Neste sentido, Bielschowsky distingue cinco correntes: “três variantes do desenvolvimentismo (desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo “não nacionalista” do setor público e desenvolvimentismo “nacionalista” do setor público); o neoliberalismo (a direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (a sua esquerda)” (idem, p. 73).

O neoliberalismo brasileiro, uma das principais correntes no período e, talvez, a interlocutora privilegiada de Celso Furtado, tinha como principais propostas: a redução da intervenção do Estado na economia, prioridade ao equilíbrio monetário e financeiro e, finalmente, certa resistência às políticas industrializantes. (idem, p. 77)

Por sua vez, as correntes desenvolvimentistas aglutinavam-se em um “projeto de desenvolvimento de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e a convicção de que para isso era necessário planificar a economia e praticar distintas formas de intervenção governamental.” (idem, p. 79). Bielschowsky encontra uma importante distinção entre estes desenvolvimentistas, nos setores nos quais atuam, distinção que fica mais forte quando pensamos em atividades no setor privado e no

público.⁶ No que se refere àqueles que atuam no setor público, a parcela dos “não-nacionalistas” admitiam a utilização do capital estrangeiro, mesmo em setores de infraestrutura, e aceitavam a planificação e a intervenção do Estado somente quando a iniciativa privada nacional e estrangeira não demonstrasse interesse nos investimentos. Posição contrária ao setor “nacionalista”, que reivindicava a planificação, a intervenção do Estado e o monopólio público em setores básicos e estratégicos para o desenvolvimento e a manutenção da soberania nacional.⁷ Finalmente, um terceiro ponto de divergência entre os desenvolvimentistas refere-se às políticas econômicas para o tratamento de um dos problemas mais importantes do Brasil, a inflação. Os “não-nacionalistas” tendiam a apontar soluções de estabilização monetária, o “setor privado” preocupava-se, sobretudo, com a manutenção do nível de crédito para a indústria, enquanto os “nacionalistas” eram sensíveis ao problema do crédito mas, também, à necessidade de capitalização e da garantia do poder de investimento estatal. Finalmente, outro ponto importante para os nacionalistas foi a interpretação estruturalista da inflação, cuja origem e formulação deve-se à inspiração dos trabalhos da Cepal.⁸

A última corrente, por sua vez, pensava os temas econômicos a partir da perspectiva da revolução socialista, mas encontrava pontos de convergência com os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público. De fato, os socialistas apoiavam a industrialização, a planificação, a forte presença do Estado na economia e o controle sobre o capital estrangeiro enquanto estratégias revolucionárias discutidas dentro do Partido Comunista Brasileiro. Ricardo Bielschowsky destaca, ainda, o papel da corrente em trazer à tona a questão das “relações de produção”, enfatizando as formas de emprego e de exploração da força de trabalho dentro da economia brasileira, especialmente no campo. Ainda segundo o intérprete, as contribuições para o debate econômico foram de pouca monta, devido a certa carência de refinamento e aprofundamento das análises e diagnósticos dos problemas da economia brasileira que ultrapassasse o quadro delimitado pela agenda política, cuja ênfase recaía na questão da reforma agrária e na luta contra o imperialismo.

⁶ A distinção traz implícita a assertiva de que os economistas orientam suas propostas de política econômica não apenas através da racionalidade e da objetividade, mas que há importantes elementos sociais a ser considerados na análise do pensamento econômico brasileiro. Voltaremos a isso mais adiante, mas já podemos introduzir uma das hipóteses do trabalho: disputando projetos de política econômica cujas premissas e objetivos podem ser lastreadas no *locus* de atuação destes profissionais, não teriam os argumentos teóricos ou, em nosso caso, a fundamentação econômica buscada na história da disciplina, um papel importante para fortalecer ou desqualificar argumentos contrários?

⁷ Ver, sobre isso: (BASTOS, 2012).

⁸ Sobre a teoria estruturalista da Inflação, ver (BOIANOVSKY, 2009) e a bibliografia citada no trabalho.

Mantega (1987), por sua vez, salienta, também, a confluência entre a corrente desenvolvimentista e a de esquerda, sobretudo quanto à industrialização como meta prioritária para o país. Contudo, a partir desse núcleo comum, delineia três grandes modelos analíticos: o Modelo de Substituição de Importações, o Modelo Democrático-Burguês e o Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista.⁹

A abordagem marxista da realidade brasileira que, por sua vez, disputava com o Modelo de Substituição de Importações, pode ser dividida em duas concepções revolucionárias distintas.¹⁰ A primeira consiste no Modelo Democrático-Burguês, inspirado nas obras de Lênin solidificadas na III Internacional. O imperialismo é considerado inimigo do desenvolvimento, a exportação de produtos primários como impedimento para a expansão das forças industriais, apontando como saída para esses problemas a Revolução Democrático-Burguesa.

A segunda se refere ao Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista, segundo Mantega, inspirada nas concepções de Trotski reproduzidas na IV Internacional, que descartam o reformismo do PCB e a ideia de que as relações no campo brasileiro eram semifeudais¹¹ (MANTEGA, 1987, p.12-20). Segundo esse modelo não havia a necessidade de uma revolução democrático-burguesa num país que já se encontrava no capitalismo¹² ou, para sermos mais exatos, no “subdesenvolvimento capitalista”. Nomes importantes dessa abordagem foram André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Caio Prado Júnior, embora esse último tenha mantido divergências em relação ao rumo das

⁹ Deve ficar claro, neste momento, o recorte e as divergências entre Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega. Enquanto o primeiro aglutinou as cinco correntes a partir de sua intervenção no debate sobre política econômica, distinguindo-as pelo posicionamento em temas chave como Industrialização, Planejamento, papel do Estado e da iniciativa privada, interpretação e solução para inflação, etc., Mantega privilegiou as teorias e sistemas de ideias que inspiraram e que foram adaptadas para a compreensão dos problemas brasileiros. Dito de outra forma, enquanto o primeiro destacou as propostas de política econômica, o segundo ressaltou as teorias econômicas que informaram os autores selecionados. Dessa divergência fundamental, resulta uma seleção diversa dos economistas e pensadores examinados nos dois trabalhos.

¹⁰ “A partir dessas concepções distintas, os marxistas brasileiros chegavam a pelo menos duas grandes interpretações das relações de produção e das forças produtivas predominantes no Brasil nas primeiras décadas do século XX, uma inspirada nas teses da III Internacional e identificando relações semifeudais ou pré-capitalistas no grosso da estrutura socioeconômica brasileira e, a outra, de inspiração trotskista, menosprezando a existência de relações pré-capitalistas na economia brasileira, ou melhor, ou melhor, subordinando-as às relações capitalistas subdesenvolvidas” (MANTEGA, 1987, p. 135).

¹¹ Esta ideia foi expressa por Caio Prado Júnior, de maneira direta, na obra *A Revolução Brasileira* de 1966: as relações de produção vigentes no campo brasileiro não eram semifeudais, pois o Brasil nunca fora feudal. Tratava-se de uma agricultura capitalista.

¹² Mesmo que ainda semicolonial e submetido ao imperialismo.

transformações político-econômicas¹³ defendidas por Frank e Marini. As ideias que Caio Prado compartilhava com os demais representantes do Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista é a de que inexistia um passado feudal no Brasil e a economia brasileira estava assentada na exploração imperialista. Além disso, enquanto Marini e Frank propunham uma revolução anticapitalista/ socialista como saída para o subdesenvolvimento, Caio Prado sugere um capitalismo nacional integrado que deve se transformar em socialismo somente no longo prazo (MANTEGA, 1987, p. 212-213).

Dessa forma, é possível perceber uma grande divergência, sob o ponto de vista teórico e prático entre Caio Prado e o PCB, neste período. Ao tentar compreender as particularidades brasileiras, Caio Prado se afastou do PCB e aproximou-se de muitos autores não-marxistas, ao elaborar uma explicação do Brasil com base na nossa experiência histórica-social, movimento que foi considerado por Bernardo Ricupero (2000, p. 200) como uma transição do dogmatismo marxista-leninista ao marxismo teórico (RICUPERO, 2000, p. 200). Caio Prado foi contra a ideia democrático-burguesa de que o Brasil não havia atingido o capitalismo, afirmando que essa tese era uma cópia das explicações dadas aos países europeus, ou seja, uma “transposição mecânica” das teorias pensadas para os países europeus.¹⁴ O Brasil nunca havia sido feudal como os países europeus, mas pelo contrário, vigorava nas fazendas, usinas, engenhos relações de produção capitalistas¹⁵ (MANTEGA, 1987, p. 237). Essa ideia reforçou o argumento central da obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* de 1957, no qual afirma que em países periféricos e atrasados como o Brasil havia a transposição de ideias prontas e feitas para países desenvolvidos. Dessa forma, Caio Prado busca no decorrer da obra uma teoria que leve em consideração a especificidades desses países subdesenvolvidos, atribuindo à história papel fundamental para a compreensão das economias coloniais e atrasadas. Cada país tem suas especificidades, e no caso dessas economias periféricas, o processo histórico tem suma importância, não se adaptando a nenhuma teoria pronta, vindo daí a necessidade de se construir uma teoria para esse caso específico.

¹³ “Assim, embora crítico ardoroso da tese feudal e pioneiro na caracterização de um Brasil mercantil e capitalista desde os tempos da colônia, discordava de que o próximo passo da sociedade brasileira fosse uma revolução socialista, como supunham Frank e Marini” (MANTEGA, 1987, p. 236).

¹⁴ Países onde o feudalismo foi o sistema que precedeu o capitalismo.

¹⁵ “Isso significa que os trabalhadores rurais não seriam camponeses que reivindicavam a posse da terra, como faziam os servos europeus da Idade Média, mas sim trabalhadores livres, meros vendedores de força de trabalho, cuja principal reivindicação consistia (como só acontece com trabalhadores assalariados livres) na melhoria de sua remuneração e na melhoria das condições de trabalho e emprego”

Essas considerações sobre as correntes do pensamento econômico brasileiro — justamente por orbitarem ao redor do tema do desenvolvimento econômico sob perspectiva da industrialização, do planejamento e da intervenção do Estado viabilizando investimentos e formulando políticas econômicas direcionadas para esta finalidade — precisam ser complementadas por uma compreensão das formas de disputa e da relação entre os projetos econômicos e suas correlações mais amplas com os atores sociais.¹⁶

As disputas entre economistas para além das formulações teóricas

O pensamento econômico brasileiro sofreu uma inflexão importante com a Revolução de 1930 e a ampliação das atividades e funções do Estado brasileiro, não apenas para enfrentar a crise econômica mundial de 1929, mas também para modificar as bases econômicas do país através de apoios à expansão e intensificação da produção industrial. Neste sentido, a nova organização burocrática do governo e o esforço de sistematizar e veicular de forma mais coerente os objetivos do setor industrial são elementos que nos auxiliam a compreender a emergência do pensamento econômico no Brasil e elucidar por que ele se manifesta em diversas correntes em disputa.

De fato, as medidas de política econômica após 1930 direcionaram-se para um esforço de reunião de informações, mapeamento e coordenação das distintas atividades econômicas nacionais. Neste sentido, surgiram dentro ou ao redor do Estado diversos órgãos, consultivos, corporativos, executivos, comissões internacionais, que buscaram responder à necessidade de uma maior intervenção econômica. Pode-se destacar, sem ser exaustivo, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), a Comissão Abbink, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e órgãos como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Nacional das Indústrias (FNI), a Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil, entre muitos outros.

¹⁶ Como aponta Maria Rita Loureiro (1997, p. 32) “desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, planejamento etc., todos os temas recorrentes nos debates políticos ideológicos dos anos 40-60 foram igualmente marcos definidores de clivagens no meio social nascente dos economistas, onde as questões teóricas se misturavam com as disputas políticas, superpondo-se oposições entre, de um lado, a direita ‘entreguista’, monetarista ortodoxa e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa”.

Dessa forma, é importante destacar como as correntes econômicas, e o próprio saber econômico têm sua origem “não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia, mas sobretudo nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada” (LOUREIRO, 1997, p. 23). Por sua vez, este saber técnico, ou seja, “este conhecimento em suas dimensões tanto teóricas quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas”. (idem, p. 24). Assim, as novas funções do Estado e seus órgãos de planejamento e, também, de formação econômica, têm papel fundamental na explicação das divergências e das disputas por projetos de política econômica.

Para Maria Rita Loureiro, os debates econômicos nos anos de 1950, sobretudo sua condensação maior na oposição entre “monetaristas” e “estruturalistas” — os primeiros identificados aos neoliberais e aos desenvolvimentistas do setor público não-nacionalista e os segundos às demais correntes estudadas por Ricardo Bielschowsky — não pode ser explicada exclusivamente sob o ponto de vista de filiações teóricas nem, tampouco, de interesses pessoais/sociais. Em sua análise, a controvérsia também é influenciada pela atuação dos economistas em posições-chave de governo, nas instituições de ensino, no acesso aos canais de divulgação do conhecimento científico e na circulação desses economistas em organismos e instituições internacionais.

Contudo, sem deixar de perceber a relevância destas considerações, os debates econômicos aconteciam em torno de problemas concretos da economia brasileira e tinham como principal objetivo a proposição de políticas econômicas que respondessem aos problemas nacionais. Nesse sentido, as disputas econômicas implicariam, entre os debatedores, três instâncias de discussão e de posicionamento, frente aos principais dilemas da economia brasileira.

Primeiramente, o debate pressupunha *a correta interpretação da conjuntura econômica*, ou seja, a qualificação dos argumentos econômicos em disputa encontrava sua validade na capacidade de explicar adequadamente a realidade brasileira. Um exemplo desse tipo de debate pode ser verificado na questão da inflação entre monetaristas e estruturalistas, pois ambas as visões discutiam, de fato, qual o mecanismo causador da inflação utilizando, para isso, argumentos de cunho monetário ou de desequilíbrios produtivos entre os setores industriais e agrícolas. O que estava em

jogo nesse debate, portanto, é a explicação mais completa do problema inflacionário brasileiro.¹⁷

Uma segunda instância do debate, relacionada à primeira, refere-se ao fato de que *o diagnóstico do presente traz consigo uma sugestão de política econômica* para combater os problemas identificados. Neste patamar aparece o caráter mais conflituoso entre as correntes, pois é na proposta de política econômica que se revela o projeto econômico de cada grupo, sendo uma instância importante para a apreensão das posições em jogo.

Em terceiro lugar, nem o diagnóstico nem a proposição de política econômica podem prescindir de *uma teoria econômica que dê coerência e veracidade* à argumentação, sendo um elemento fundamental para a legitimação dos projetos econômicos dessas correntes. É este terceiro aspecto que nos interessa neste trabalho, pois a incursão de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na história do pensamento econômico pode ser lida como uma estratégia de *examinar e de minar os fundamentos das interpretações concorrentes* no âmbito do debate econômico brasileiro. É nosso pressuposto que a análise dos fundamentos da teoria econômica empreendida pelos dois autores tem como uma de suas finalidades a discussão das bases dos argumentos clássicos e neoclássicos (e por extensão, liberais), sobretudo questões como a regulação econômica pela mão invisível, o pressuposto de que o mercado pode alocar os recursos econômicos de forma a garantir o maior bem-estar para o conjunto da sociedade e, também, a possibilidade da teoria econômica fornecer um instrumental válido para viabilizar o desenvolvimento econômico no Brasil. Além disso, interessa-nos avaliar como estes autores compreendem a relação entre a teoria econômica e sua capacidade de explicação de experiências históricas específicas, diversas daquelas que lhes deram origem.

Cabe agora, portanto, identificar o papel da história do pensamento econômico na obra de Celso Furtado e de Caio Prado Júnior, sobretudo em relação a dois tópicos: 1) o papel das teorias econômicas para explicar a realidade concreta na qual surgiram e sua possibilidade de generalização para situações sociais e temporais diversas; 2) o exame da economia política clássica e as bases para uma política econômica orientada para explicar realidades históricas específicas.

¹⁷ Para o debate sobre inflação no Brasil, nos anos de 1950, ver (NUNES, 2005; BOIANOVISKY, 2009).

Celso Furtado e a História do Pensamento Econômico

A primeira incursão de Celso Furtado na história do pensamento econômico ocorreu em seu livro *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954. Trata-se de uma reunião de suas reflexões sobre a economia brasileira, feitas tanto na Cepal, quanto em exames mais particularizados sobre a economia nacional, desde a época colonial até os primeiros anos da década de 1950. O livro traz um capítulo de fechamento intitulado “*Formulação teórica do problema do crescimento econômico*”, dividindo-se, por sua vez, em duas partes: um exame dos mecanismos do desenvolvimento econômico em países periféricos, e uma revisão histórica, intitulada “*A teoria do desenvolvimento na ciência econômica*”.¹⁸ No conjunto da obra, este último capítulo possuía um claro viés de sistematização e formulação de questões antes abordadas em perspectiva histórica, ao longo dos cinco primeiros capítulos. Ou seja, a própria organização do livro mostrava uma preocupação em partir do concreto para o abstrato, refletindo sobre a relação entre as peculiaridades históricas e a teoria econômica. Dito de outra forma, uma reflexão sobre as relações entre história e teoria econômica, abordada a partir da possibilidade de generalização da experiência história brasileira (e por extensão, latino-americana) em um modelo de desenvolvimento econômico. Esta problemática teria levado Celso Furtado a revisar a história do pensamento econômico para apreender como, no desenvolvimento da disciplina, esta relação foi equacionada.

O exame de Celso Furtado aparece, neste último capítulo, ao “subtrair à análise que vem de ser feita, seu conteúdo histórico”, para “reter tão somente a mecânica geral do processo econômico do desenvolvimento” (FURTADO, 1954, p. 191). É preciso distinguir, na análise da teoria do desenvolvimento, dois componentes: um plano abstrato — a descrição formal dos mecanismos de crescimento de uma economia — e um plano histórico, onde “tem lugar o estudo crítico, em confronto com a realidade, das categorias básicas utilizadas na análise abstrata”. Ou seja, “não basta construir um modelo abstrato e explicar como ele funciona. É indispensável, ademais, criticar em termos de realidade histórica, as variáveis estratégicas desse modelo” (FURTADO, 1954, p. 211). Com isso, Celso Furtado reconhece o caráter formal, teórico, abstrato da

¹⁸ Análises sobre o livro *A economia brasileira* podem ser encontradas em (SZMERACSÁNYI, 2003; VIEIRA 2007; MALLORQUIN, 2005).

teoria econômica, mas coloca como fundamental para a própria validade deste conhecimento, o confronto com a realidade histórica.

Esta verificação merece tanto mais atenção já que, “o problema da natureza abstrata ou histórica do método com que trabalha o economista não é independente, destarte, da natureza dos problemas que o preocupam”. Neste sentido, “o desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno histórico” (idem, p. 213). Celso Furtado descarta a possibilidade de uma aplicação automática das teorias econômicas à realidade brasileira, pois os problemas do desenvolvimento econômico só podem ser examinados em uma perspectiva histórica e concreta, testando a teoria econômica. Tendo assentado esse pressuposto, o fio condutor da análise da história do pensamento econômico feito por Celso Furtado é responder: em que medida a teoria econômica, desde Adam Smith, pensou o problema do desenvolvimento econômico, entendendo-o enquanto “um aspecto da teoria da produção” e, portanto, “ao formularem a teoria das variações a longo prazo da produção os economistas estariam, portanto, subministrando-nos uma teoria do desenvolvimento econômico” (idem, p. 215).

É a partir desta problemática que examina a chamada Economia Política Clássica, sobretudo Smith, Ricardo, Say e Mill. Para Furtado, Smith dedicou certo espaço para examinar os problemas da produção. Segundo o escocês, o crescimento de uma economia está relacionado à divisão do trabalho, que proporciona “aumento da destreza no trabalho, economia de tempo e possibilidade do uso de máquinas”. Porém, o aumento de produtividade decorrente da especialização tem limite no tamanho dos mercados e, portanto, “caímos num círculo vicioso, pois a capacidade para comerciar deveria refletir o nível de produtividade, o qual é dado pelo grau de divisão do trabalho” (idem, p. 216).

Já Ricardo ocupou-se, sobretudo, com os problemas de distribuição, uma vez que “procurava acima de tudo encontrar argumentos para combater os latifundiários de sua época” (idem, p. 216). Assim, por não discutir diretamente a produção, Celso Furtado dá pouco espaço ao autor de *Princípios de Economia Política e Tributação*.

À Jean-Batiste Say é atribuída a classificação dos elementos da produção em terra, capital e trabalho, sendo o último destes a origem de todo o valor. Neste ponto, Furtado ressalta a colocação segundo a qual a quantidade de trabalho empregada é determinada pelo montante de capital acumulado e, em consequência, “o nível dos salários reais não era arbitrário [...] dependendo da oferta de trabalho e da capacidade de emprego da economia” (idem, p. 217). Dessa forma, a acumulação de capital assume

grande importância para a explicação do desenvolvimento econômico, pois modificações nesta variável seriam responsáveis por aumentar o nível de produção e a renda da economia. Contudo, é justamente nesse ponto que Celso Furtado encontra o principal problema da Economia Clássica, e coloca em cheque seus argumentos para a construção de uma teoria do desenvolvimento econômico:

com a acumulação o uso de equipamento tendia a aumentar, vale dizer, a proporção capital fixo teria que crescer, o que acarretaria uma maior dose de capital por operário e, portanto, uma menor quantidade de ‘valor’ criado por unidade de capital aplicado. Essa tendência da taxa de lucro a cair desestimularia a poupança e indiretamente reduziria o ritmo de acumulação de capital (idem, p. 217).

Assim, o que parecia ser a chave de uma teoria do desenvolvimento econômico para Furtado, foi interpretado pelos economistas clássicos como uma “tendência ao estado estacionário”, na formulação de J. S. Mill. Formulação tanto mais importante já que o progresso técnico teria a função de unicamente de retardar “a vinda do estado estacionário, mas não evitá-la, pois a pressão para a baixa dos lucros seria cada vez maior” (idem, 218). A questão do progresso técnico, por sua vez, também é examinada por Ricardo, mas em sua análise, conquanto a elevação da produtividade aumente os custos da produção e dos salários, o principal resultado da crescente incorporação de equipamentos é aumentar a renda da terra, impedindo sua distribuição para os trabalhadores.

Dessa forma, Furtado destaca, nos economistas clássicos, os conceitos fundamentais para o desenvolvimento econômico. Ao problematizar a divisão do trabalho, aumento de produtividade e progresso técnico, ao inquirir como os economistas utilizaram esses conceitos, sobretudo em uma teoria da distribuição, Furtado deixa implícito que os fundamentos da economia clássica não explicam o crescimento e o desenvolvimento das economias europeias ao longo do século XIX, mas restringem-se a uma operacionalização de conceitos abstratos, deixando de confrontá-los às realidades históricas que pretendiam descrever.

O valor trabalho é outro tema examinado por Celso Furtado, enfatizando como a economia clássica percebeu a existência de um excedente de produção originado do trabalho assalariado que não retornava para os trabalhadores. Os neoclássicos, por sua vez, “ignoram a existência de qualquer excedente e procuram demonstrar que cada fator recebe exatamente a ‘sua’ parte do produto”, ou seja, “a estrutura da produção estaria determinada pela disponibilidade relativa de fatores”, sendo possível o pleno emprego

desde que os trabalhadores aceitem o “salário correspondente à produtividade do seu trabalho” (idem, p. 222). Essa concepção, segundo Furtado, elimina a possibilidade do excedente econômico, conceito fundamental para o desenvolvimento. Neste sentido, a crítica aos neoclássicos também explicita uma ausência de correlação e de o confronto com a realidade histórica. Nas palavras de Furtado,

essa construção tão abstrata e tão longe da realidade num mundo de desemprego como era o século XIX, surgiu aos economistas neoclássicos como a verdade científica mais irrefutável. Desaparecia totalmente a incômoda ideia dos clássicos — à luz da nova ciência econômica transformada em superstição — de que eram de natureza distinta a remuneração do trabalho e a do capital (idem, p. 223).

Ou seja, Celso Furtado capta o surgimento de uma teoria do pleno emprego no momento em que o desemprego abunda na Europa, enfatizando, assim, sua preocupação em examinar a história do pensamento econômico a partir do confronto entre as teorias econômicas e as realidades históricas. Dessa forma, percebemos que os fundamentos das teorias clássicas e neoclássicas — valor-trabalho, acumulação de capital, excedente econômico, incorporação de progresso técnico e aumentos de produtividade — não apareceram enquanto elementos capazes de explicar o processo histórico de aumento da produtividade, elevação do produto real e o desemprego europeu, ou seja, não explicavam as transformações pelas quais passavam a economia durante o século XIX. Para Celso Furtado, a formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico que apontasse caminhos para a adoção de políticas econômicas no Brasil e na América Latina, pressupunha uma nova formulação conceitual, abandonando a construção teórica da economia ao longo do século XIX. Escusado dizer, conseqüentemente, que políticas econômicas formuladas tendo por base o instrumental clássico e neoclássico teriam pouca validade enquanto soluções para o problema do desenvolvimento econômico.

Em sua concepção, as livres forças de mercado não teriam condições de avançar o processo de industrialização brasileira, sendo necessária a intervenção do Estado para viabilizar a criação de indústrias, ampliar a estrutura produtiva e, com isso, estimular a passagem da agricultura de subsistência para uma agricultura com maior produtividade, como forma de diminuir o custo real dos salários. Esse conjunto de medidas visava um aumento da produtividade social da economia e uma distribuição do excedente econômico para viabilizar os investimentos industriais, única forma de superar a tradição primário-exportadora da economia brasileira.

Dessa forma, somente a elaboração de uma teoria econômica que incorporasse a realidade dos países periféricos seria capaz de explicar seus problemas e apontar soluções de política econômica baseadas na compreensão histórica dos países da América Latina.

A incursão de Celso Furtado na história do pensamento econômico, por sua vez, permite identificar sua preocupação com o desenvolvimento econômico e os caminhos para sua implantação no Brasil. De fato, sua leitura, longe de ser didática, interroga os autores do passado com uma problemática do presente, evidenciando que os dilemas contemporâneos exigiam uma solução criativa. Neste sentido, a leitura de Celso Furtado sobre o pensamento econômico brasileiro é parte da mesma preocupação que o fez perscrutar o passado colonial brasileiro para compreender as raízes do subdesenvolvimento no Brasil.

Dessa forma, destacamos de sua análise, a abordagem da economia clássica e neoclássica, pois nela estão os pressupostos do liberalismo econômico e dos automatismos das forças de mercado, argumentos que serão mobilizados — evidentemente de forma mais refinada — pelos liberais para restringir a intervenção estatal, garantir que a iniciativa privada e o sistema de preços sejam os principais responsáveis pela alocação de recursos e investimentos e, finalmente, que a validade da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional não seja ameaçada por indústrias artificiais. Diante deste quadro, nos parece, a leitura da história do pensamento econômico foi motivada pelas discussões do presente.

Cabe destacar, ainda, que esta revisão será cada vez mais aprofundada na obra de Celso Furtado, sempre em constante diálogo com os diagnósticos do presente e com as (re)formulações da teoria do subdesenvolvimento. Com efeito, essa reflexão será mantida no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), com a introdução de um exame da teoria econômica marxista. Nas edições posteriores deste livro, sob o título de *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1967) este procedimento continuou sendo ampliado, demonstrando a estreita relação estabelecida entre formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico e a reflexão sobre as bases do conhecimento econômico.

Caio Prado Júnior e a história do pensamento econômico

Caio Prado Júnior, por sua vez, aborda a história do pensamento econômico a partir da definição de sistema capitalista, pois esta consistiria em uma interpretação das relações de produção no capitalismo. A economia capitalista é tomada como ponto de comparação em relação aos outros sistemas econômicos, pré-modernos. Sua especificidade reside, assim, no fato da força de trabalho ser incluída no regime de trocas, ou seja, a força de trabalho se transforma em mercadoria.¹⁹

Caio Prado Júnior, em sua análise, enfatizou a discussão sobre a lei do valor, resgatando as visões de algumas escolas do pensamento econômico: a Economia Política Clássica/ Ortodoxa de Smith e Ricardo (teorização da experiência burguesa). O funcionamento do sistema capitalista é a passagem constante da produção ao consumo e do consumo em produção; trata-se assim, de um sistema que pode ser apreendido em um fluxo circular, podendo ser abordado em qualquer estágio. Ou seja, em um ponto ficariam os bens econômicos (fatores de produção) divididos em duas categorias: produtores/trabalhadores detentores da força de trabalho e os proprietários dos instrumentos de produção (máquinas e equipamentos), recursos naturais e matérias-primas provenientes desses recursos (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 48).

Há então, uma troca da força de trabalho por meios de subsistência: o salário. Porém, “o valor de troca da produção realizada é superior ao valor de troca dos bens ou mercadorias que se inverteram na produção”, ou seja, “a força de trabalho adquirida pelo capitalista produziu mais que os meios de subsistência pelos quais foi trocada”. No sistema capitalista a produção que antes era o suficiente para a subsistência, passa a ser maior devido ao progresso tecnológico, superando em muito o valor para a subsistência (idem, p. 49). Neste processo, contudo, a força de trabalho acrescentou um excedente à “massa de bens invertidos na produção” graças às características específicas de produção, e este acréscimo é retido pelos capitalistas, na forma de mais-valia.

Esse processo de distribuição se faz de maneira automática e natural (idem, p. 51). Dito de outra forma, o sistema capitalista possui regulação automática através do “livre jogo de iniciativa individual e das operações de troca” com a tendência a uma “ideal divisão de atividades” e “produtividade máxima”. A produção capitalista promove ao mesmo tempo a distribuição dos bens econômicos produzidos assegurando: de um lado a permanente renovação da força de trabalho ao encaminhar aos detentores/

¹⁹ Esse procedimento é adotado, guardadas as devidas proporções de objeto e a mesma preocupação dialética, na análise do Sentido da Colonização em *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*, de 1942, onde o final da obra colonização em inícios do XIX é a referência para compreender os três séculos anteriores da história brasileira. Ver, sobre isso, (NOVAIS, 2005).

produtores dessa força de trabalho (trabalhadores) os meios de subsistência para que continuem a oferecer sua força de trabalho; e de outro lado levar aos capitalistas produtores os bens para repor os consumidos na produção, os excedentes da produção destinados ao bem-estar e sustento dos capitalistas (proporcionando continuidade à produção), e novos meios de produção ampliando a capacidade produtiva. Assegura-se, dessa forma, “a perpetuação do processo produtivo e o funcionamento em permanência do mecanismo econômico do capitalismo”, resolvendo as questões do sistema: “o que produzir, quanto produzir, para quem produzir”. Essa clareza não aconteceu nas primeiras fases do capitalismo ou germinação do mesmo no mundo pré-moderno (idem p. 52).

Com essa definição de capitalismo, Caio Prado Júnior, assim como Celso Furtado, aborda a história do pensamento econômico sob a preocupação de compreender em que medida estas teorias expressavam ou não a realidade sob a qual foram elaboradas. No cerne desta discussão está a interrogação sobre a possibilidade de utilização das teorias econômicas elaboradas no século XIX em países periféricos como o Brasil, sem a mediação de qualquer análise para as condições históricas e sociais específicas da cada país.

O surgimento do capitalismo, segundo Caio Prado Júnior, ocorre com a Revolução Industrial no final do século XVIII. Com isso, a Inglaterra tornou-se predominantemente comercial e industrial, direcionando suas preocupações para a circulação e as trocas de produtos industriais, tendo Adam Smith (1723-1790) como principal intérprete dessas transformações. Este elaborou uma Economia Política que teoriza as relações capitalistas de produção através da avaliação das três categorias funcionais da renda – lucro, aluguéis e salários- ligando-as às três classes sociais mais importantes do sistema capitalista: capitalistas, proprietários de terra e operários livres. A partir disso, apresenta a noção de valor como “norma reguladora do conjunto dos fatos econômicos”. O valor e a natureza de um bem derivam da quantidade de trabalho que se pode adquirir ou comandar para produzi-lo, constituindo-se o trabalho como medida real do valor de troca de todos os bens, distribuindo-se a produção conforme a quantidade de trabalho empregado, comandados e adquiridos pelos detentores de capital. Para Caio Prado, contudo, Smith se preocupa muito com a descrição formal e exterior do sistema capitalista e encontra a explicação para estes limites no contexto histórico de início da Revolução Industrial.

Coube a David Ricardo (1772-1823) uma reflexão mais densa sobre o valor trabalho no sistema capitalista, pois vivenciou este em “pleno florescimento” (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 57). Por presenciar as repercussões da primeira Revolução Industrial, foi além da descrição formal e exterior do sistema capitalista, assentando sua análise no fato fundamental do processo econômico, o trabalho²⁰ (idem, ibidem). Segundo Caio Prado Júnior, David Ricardo partiu da “determinação do valor pelo tempo de trabalho”, caracterizando o “valor de troca das mercadorias” como tempo de trabalho despendido na sua produção, apontando também o “padrão de medida do valor do próprio trabalho” expresso pelo salário de subsistência do trabalhador. Assim, “a diferença entre o valor desses meios de subsistência, mais o dos bens consumidos na produção (matérias-primas, desgaste dos instrumentos de produção, etc.), e o valor da mercadoria produzida, constitui a parte que reverte para o capitalista sob a forma de lucro”. Essa abordagem mais aprofundada da teoria do valor mostra que Ricardo estava inserido em um contexto histórico no qual o capitalismo estava mais amadurecido.

Contudo, coube a Marx (1818-1883) uma discussão mais densa sobre este ponto da teoria do valor: a natureza do lucro capitalista (mais-valia), suas formas e sua distribuição. Marx desenvolveu sua teoria no cenário do século XIX, período de outra etapa da Economia Política, com um capitalismo maduro. Publicou *O Capital*, já na segunda metade do século XIX, na qual se iniciava a Segunda Revolução Industrial. A diferenciação das classes em proletários (vendedores da força de trabalho) e a burguesia (detentora do capital e apropriadora da mais-valia) tornou-se mais visível. Essa diferenciação culmina na luta de classes que apontava para duas soluções: a) conservação e avanço do sistema capitalista, em consonância com a teoria da Economia Política burguesa (depois chamada clássica, ortodoxa ou vulgar); b) transformação e destruição do sistema capitalista, proposta pela teoria econômica do proletariado (idem, p. 58-59). Assim, a fim de descrever o sistema capitalista, Caio Prado assume que as teorias partem da lei do valor, que se dá como uma norma que regula os fatos econômicos. A compreensão desta lei foi discutida pelo pensamento econômico e sua compreensão foi modificando-se em concomitância ao contexto histórico no qual os economistas produziram: Smith tem como plano de fundo o início da Revolução Industrial; David Ricardo assiste ao florescimento da industrialização; e Marx, reflete em meio ao capitalismo maduro do século XIX. Considera-se, a partir disso, que o

²⁰ Segundo Caio Prado, Adam Smith apontou o trabalho, porém, não o conservou presente ao longo de toda sua teoria.

contexto histórico assume relação fundamental com a teoria que os pensadores econômicos formulam.

Caio Prado discutiu também a questão do excedente capitalista, e sua apropriação. A teoria clássica do valor de Smith e Ricardo defende a exclusividade do trabalho como fonte de valor, considerando o lucro capitalista (diferença entre valor da força de trabalho e da mercadoria produzida por ela) como a contribuição do capital e da terra (idem, p. 59), sendo assim, não há um excedente propriamente dito, pois cada fator de produção recebe uma remuneração equivalente. A teoria marxista do valor considera, por sua vez, que o valor pago pela força de trabalho comprada (salário) é o valor de troca desse trabalho, porém o que o capitalista adquire não é o valor de troca, mas sim o valor de uso da força de trabalho: “o comprador paga o valor de troca e adquire o valor de uso”, assim como se comprasse sapatos, ou seja, o comprador paga o valor de troca do sapato (preço), mas adquire o valor de uso dele. O valor de troca depende da produtividade do trabalho e o valor de troca da força de trabalho é o emprego da força de trabalho na produção, dessa forma, a produtividade de um dia de trabalho não tem relação com o que o trabalhador recebe, permitindo-se ao capitalista fazer com que o valor produzido seja maior que o salário pago, assegurando o rendimento máximo da mercadoria que comprou (força de trabalho). O valor de troca da força do trabalho nada tem a ver com o valor de troca do produto que gera, mas é determinado pela subsistência do trabalhador (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 62-63).

Aqui, é possível perceber uma mudança significativa da compreensão do excedente capitalista. Marx e Engels, por presenciarem uma Europa em plena industrialização, vislumbraram o mecanismo da mais-valia como um componente diferente do lucro, captando que a essência da acumulação de capital estava na exploração da força de trabalho. Assim, segundo Caio Prado Júnior, as modificações na realidade histórica são fator fundamental para a compreensão do pensamento econômico nos séculos XVIII e XIX.

Portanto, a Economia Política Clássica se constituiu sob a premissa de liberdade econômica dos indivíduos e contrária a toda e qualquer regulamentação das relações econômicas. Esta premissa deu origem à ideologia liberal, tornando-se cada vez mais forte nos fins do século XVIII na Europa.

Portanto, ao buscar “situar o fato econômico e a teoria que dele se ocupa, na confluência precisamente destes dois elementos que compõem em conjunto o

verdadeiro objeto da Economia”: a ação (fato) e o pensamento (conduz a ação) na tentativa de evidenciar que a vida e as relações econômicas “não se moldam por princípios, leis ou padrões absolutos e eternos”, mas são expressões momentâneas do comportamento dos homens de acordo com suas necessidades “morais e materiais”, Caio Prado demonstra a dissociação entre a teoria econômica e a realidade dos países periféricos do século XX (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 10-12). O levantamento que elaborou da história do pensamento econômico teve como objetivo evidenciar que esse pensamento se baseia na realidade imediata em que viviam seus pensadores, a exemplo, Adam Smith, David Ricardo e Marx. Assim, o problema da periferia é que ela não deu origem a uma teoria, mas usou as teorias europeias, tornando-se necessário desenvolver uma teoria própria para o subdesenvolvimento.

Retoma-se, portanto, considerações já aventadas por Caio Prado Júnior em 1942 em *Formação do Brasil Contemporâneo*: é preciso que os países subdesenvolvidos se libertem do sistema de dependência e subordinação em relação ao sistema internacional capitalista, reestruturando-se sob bases nacionais. Para que isso se torne possível, é necessária uma teoria econômica que expresse a experiência dos países atrasados, teoria essa que deve se “inspirar na natureza específica da economia daqueles países, que de complementar e dependente, deve-se transformar em uma economia nacional” com intervenção do Estado e “perspectivas para o socialismo” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 211).

Assim, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* faz uma leitura/ reflexão aprofundada da teoria econômica. Essa obra é, podemos dizer, uma “ruptura” em relação às publicações de grande fôlego dos anos 1930 e 1940²¹, que trabalham na reconstituição e análise da “história da formação social no Brasil” alicerçados sob preceitos metodológicos marxistas (NOVAIS, 2005, p.284). A obra de 1957 parte de uma metodologia completamente diferente: admite-se que há uma passagem da preocupação com a formação social brasileira, para a reflexão econômica, esta última enquanto um importante alicerce para uma compreensão e modificação do presente. Dessa forma, a discussão sobre a formação da Nação e os dilemas sociais brasileiros, que até os anos 1930 e 1940 eram elemento chave para diagnosticar o presente e sugerir mudanças, passam a receber uma reflexão a partir do instrumental econômico para propor formas de superação do passado colonial.

²¹ Pensamos, sobretudo, em: *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945).

Essa passagem do social para o econômico pode ser explicada pelos debates intelectuais dos anos de 1950, período de grandes disputas sobre a implantação de políticas econômicas, tornando-se a economia o principal instrumental de conhecimento para compreender o presente, ao contrário da análise social que predominou nos anos de 1930 e 1940, nos quais a principal forma de compreender a realidade brasileira era através das ciências sociais, interpretando o passado brasileiro (CANDIDO, 1984, pp. 27- 36).²²

Assume-se neste artigo, que Caio Prado Júnior teve como objetivo na obra *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* abordar a teoria econômica, e com isso, a história do pensamento econômico, com o intuito de pensar a nação, ou seja, para fortalecer a ideia de que há a necessidade de criação de uma teoria econômica que leve em consideração a especificidades desses países subdesenvolvidos²³. Segundo Fernando Novais (2005) suas obras se estruturam sempre sob um eixo básico que trata da “perseguição permanente à mesma problemática básica”, ou seja, a identidade nacional e as possibilidades de mudança inscritas no processo histórico (NOVAIS, 2005, p. 285). O que podemos considerar é que as obras de Caio Prado Júnior são, cada uma, reflexo de seu tempo. Mesmo com uma publicação voltada ao debate da teoria econômica, Caio Prado não deixa em nenhum momento de ser historiador: “sua obra vai se desdobrando na reflexão filosófica, na análise econômica e no ensaísmo político, mas, a nosso ver, mantendo sempre o primeiro referencial”, ou seja, os “desvios” buscam novas fontes para enriquecer sua visão de historiador (NOVAIS, 2005, p. 293). Foi isso o que o autor fez em 1957: buscou um novo arcabouço teórico fundamentado nas relações econômicas/ pensamento econômico para se colocar diante dos debates dos anos 1950.

Conclui-se com a hipótese de que em *História e Desenvolvimento*, obra publicada em 1968, Caio Prado deixa implícito que o grande diferencial dessa teoria é acrescentar a ela os fatores históricos do Brasil, como a excessiva dependência em relação ao capital internacional, a colonização para a exploração dos bens primários, a imitação dos padrões de consumo externos, entre outros. Há assim, a necessidade de interpretar a história do nosso país, ou seja, os dilemas de uma sociedade que são

²² Uma reflexão sobre a passagem das reflexões dos chamados intérpretes do Brasil, da geração de 1930, para as reflexões dos anos de 1950, no qual a sociologia acadêmica e a economia ganham importância foi examinada em (ARRUDA, 2001; ALENCASTRO, 2009).

²³ “Em outras palavras, o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõem-se uma política econômica inspirada em concepções em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 212).

explicados pelo seu passado, que não fora levando em consideração pelas teorias dos países desenvolvidos para nós impostas e consideradas como corretas.

Conclusões

Buscamos abordar um aspecto pouco estudado pela bibliografia de Celso Furtado e de Caio Prado Júnior: as incursões na história do pensamento econômico como uma importante ferramenta para os debates que ocorriam na década de 1950 na economia brasileira. Quisemos chamar atenção, por sua vez, não apenas ao conteúdo de tal reflexão, mas em como ela reitera procedimentos metodológicos presentes no conjunto da obra dos autores.

Celso Furtado abordou a história do pensamento econômico com uma interrogação muito precisa: o que os economistas do passado podem nos ensinar sobre o desenvolvimento econômico. Com isso, as inquietações do presente brasileiro estimularam sua reflexão sobre o passado.

De forma semelhante, Caio Prado Júnior procurou nos trabalhos dos economistas do século XIX motivações para compreender o funcionamento da economia brasileira, como uma forma de encontrar mecanismos para superar sua herança colonial. Novamente, os problemas do presente motivaram um retorno crítico ao passado.

Ambos os autores identificaram a incapacidade da teoria econômica explicar a realidade histórica do século XIX, enfatizando como as interpretações dos clássicos da economia política refletiram a partir de um conjunto de conceitos que não descreviam a realidade econômica vivida. Daí que ambos tenham enfatizado, também, a necessidade de criação de uma nova economia política e uma nova teoria do desenvolvimento econômica, baseada na realidade dos países periféricos, coloniais ou subdesenvolvidos. A própria reiteração da necessidade de uma teoria econômica específica para essas nações trazia consigo um forte conteúdo combativo, impugnando teorias abstratas e não comprometidas com a explicação das realidades históricas. Essa preocupação, por sua vez, demonstra a estatura e o calibre de duas das mais importantes figuras da vida intelectual do período, e seu empenho em balizar suas propostas sob uma reflexão radical sobre o conhecimento econômico, algo que não foi tentado por outros debatedores do período.

Nesta análise, também, é possível perceber as divergências entre os autores. Celso Furtado enfatizou conceitos mais próximos às teorias do desenvolvimento econômico que surgiam nos anos de 1950: excedente, progresso técnico, acumulação de

capital. Já Caio Prado Júnior, fez uma leitura muito próxima a Marx, enfatizando a teoria do valor-trabalho e os caminhos e descaminhos que ela sofreu ao longo do século XIX. Contudo, um confronto direto entre os dois autores não ocorreu na década de 1950. Apesar de Caio Prado Júnior ter estudado e criticado neste livro de 1957 a obra de Keynes, é somente em 1961 que Celso Furtado irá publicar sua crítica à teoria marxista. Por sua vez, Caio Prado Júnior também fez incursões na teoria do desenvolvimento econômico: em 1954, com *Diretrizes para uma política econômica brasileira* e depois, em 1961, *História e desenvolvimento*, ambos escritos como teses para concursos de professor. Não cabe nos limites deste artigo examinar essas obras e seus desdobramentos, mas unicamente assinalar como as controvérsias e disputas em torno do pensamento econômico brasileiro é um terreno fértil que ainda precisa ser explorado.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luis Felipe. Introdução. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura*. São Paulo no meio século XX. Bauru: EDUSC, 2001.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z. e FONSECA, P. C. D (orgs). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: LOUREIRO, Maria Rita. *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOIANOVSKY, Mauro. Furtado Mauro and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America. Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, 2009.

CANO, Wilson. “Crise de 29, soberania na política econômica e industrialização”. In: BASTOS & FONSECA (orgs). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

CANDIDO, Antônio. A revolução de 30 e a cultura. In: idem, *A educação pela noite e outros estudos*. São Paulo: Ática, 1984.

COUTINHO, Maurício C. “A teoria econômica de Celso Furtado: *formação econômica do Brasil*.” In: LIMA, Marcos Costa. & DAVID, Maurício Dias (orgs). *A atualidade do Pensamento de Celso Furtado*. Goiás: Verbena Editora, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P. P. Z. e FONSECA, P. C. D (orgs). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. (Contribuição à análise de seu desenvolvimento). Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguilar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GRESPLAN, Jorge. A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 47, p. 57-74, sep. 2008.

HOBBSBAWM, Eric John. *A Era das Revoluções (1798-1848)*. 35ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

HOBBSBAWM, Eric John. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr: uma trajetória intelectual*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LOUREIRO, M. R. *Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. [1993] São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MORAIS, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

NOVAIS, Fernando Antonio. Sobre Caio Prado Júnior. In: *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

———. Entrevista. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). São Paulo, Cia das Letras, 2012.

NUNES, António José Avelãs. *Industrialização e desenvolvimento: a economia política do modelo brasileiro de desenvolvimento*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2005.

PAULA, João Antônio de. *Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro*. Revista Pesquisa & Debate, São Paulo, volume 17, nº1, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* [1957]. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia) [1942]. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PRADO JÚNIOR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS, José Carlos. *Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”*. São Paulo: Revista Brasileira de História. Vol. 19, nº 37, 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34. 2000.

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. Desenvolvimento, estabilidade e populismo: São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Cinquentenário de *A Economia brasileira* de Celso Furtado. Boletim Informativo da ABPHE, dezembro de 2003.

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.